

**NEOLIBERALIZAÇÃO CHILENA: APONTAMENTOS
SOBRE ESTADO, APARELHOS PRIVADOS DE
HEGEMONIA E CAPITALISMO POPULAR**

Rodolfo Sanches
Universidade Estadual de Londrina
Eixo Temático 17. Economia Política e políticas econômicas. Desigualdade, Pobreza e
Redistribuição da renda.

Introdução

A primeira metade do século XX, diante das Primeira e Segunda Guerras Mundiais bem como da crise de 1929, evidenciou com força explosiva as próprias contradições internas – prementes desde o século XIX, especialmente após 1848 – do Bloco Histórico liberal¹, que se encontra entremeado por uma grave crise hegemônica² (social, política e econômica) que o coloca em xeque. Junto da crise econômica (dimensão material), há uma crise político-filosófica, que limita a própria substância – o conteúdo liberal – em seus desígnios explicativos. Estávamos às portas de eventos históricos que abririam espaço para transformações orgânicas e não somente conjunturais.

O “conceito de ‘bloco histórico’”, nas reflexões de Antonio Gramsci (2011a, p. 26), é a “unidade entre natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos”. Esta caracterização, que também é uma conceituação, não pode ser deslocada das incorporações críticas feitas de suas referências, a saber Georges Sorel e Benedetto Croce.

Em suas reflexões, Gramsci sempre chama a atenção para a possibilidade de construção do bloco histórico, nos remetendo às afirmações de Marx no “Prefácio de 1859” em que diz que os homens tomam consciência de suas tarefas e dos conflitos estruturais no terreno das ideologias. Assim, a formação do bloco histórico, como unidade dos contraditórios, é explanar os conflitos e promover a tomada de consciência da classe proletária através do bloco ideológico ali forjado³. Esta análise, no entanto, implica a realização da tradutibilidade dos fatos do mundo econômico-corporativo para o ético-político. A ideia de “bloco de imagens históricas” sob a condução do mito, em Sorel⁴, não realiza esta tradução.

¹ Marcos Del Roio, em *O império universal e seus antípodas*, nos ajuda a dimensionar quais são as bases desta modernidade, e nos indica que está pautada em uma ruptura epistemológica onde se colocam as antinomias: sujeito separado do objeto, particular do universal, indivíduo do Estado, liberdade da autoridade. Assim que, “o sujeito da necessidade, na modernidade, aparece como indivíduo coagido pela necessidade econômica e que no mercado encontra sua identidade; também no mercado se expressa sua liberdade jurídica” uma vez que, “é a partir da propriedade, objeto do direito, que se define um sujeito abstrato, formalmente livre e igual a qualquer outro indivíduo”. (DEL ROIO, 1998, p. 66)

² Em acordo com as formulações de Luciano Gruppi (2000), entendemos que as formulações de Antonio Gramsci vislumbram, no percorrer dialógico, uma categoria síntese: a de hegemonia. Hegemonia implica, portanto, pensar em termos de proposição de formação econômico-social (um modo de vida).

³ Assim, resume Gramsci: “O conceito do valor concreto [histórico] das superestruturas na filosofia da práxis deve ser aprofundado aproximando-o do soreliano conceito de ‘bloco histórico’. Se os homens tomam consciência de sua posição social e de suas tarefas no terreno das superestruturas, isso significa que entre estrutura e superestrutura existe um nexa necessário e vital”. (GRAMSCI, 2013, p. 370)

⁴ A questão do mito em Sorel surge pela confrontação teórica que ele se envolve entre 1898-1902 e seu conteúdo explicitado durante o período entre 1904-1907, momento de escrita do *Reflexões sobre a violência*

Um indicativo desse movimento para o sardo encontra-se em Croce⁵, em que “observa-se que a história ético-política é uma hipóstase arbitrária e mecânica do momento da hegemonia, da direção política, do consenso, na vida e no desenvolvimento da atividade do Estado e da sociedade civil”. Ou seja, para Gramsci, Croce reproduz, em seus escritos historiográficos, o problema que ressalta em sua crítica estética: vê no momento ético-político aquele que corresponde à “forma” na arte. Conquanto nestas condições “pode-se admitir a identificação entre forma e conteúdo”, tal qual a “chamada dialética dos distintos na unidade do espírito”, evidencia-se, nos escritos croceanos, que “a história ético-política seja a história do momento da hegemonia”. (GRAMSCI, 2013, p. 293-294) Não obstante, na história a produção de representações individualizadas⁶, que correspondem aos Estados e nações, não passam de metáforas.

Da mesma forma deve-se procurar em sua obra as referências feitas ao Estado, como quando diz que, em certas situações, não se pode procurar o Estado nas “instituições oficiais”, mas nos órgãos privados, como um partido revolucionário. Para Gramsci, a afirmação em si não é paradoxal se se leva em conta a “concepção Estado-hegemonia-

e de grande agito social na França. A filosofia soreliana caminha da seguinte forma: ao passo que se enfraquece sua ponderação sobre a possibilidade de uma conquista progressiva, aumenta sua necessidade por encontrar, nos elementos espontâneos, a capacidade de preservação da consciência de classe. “O mito da greve geral exprimiria, segundo ele, a consciência existente, ligada à classe operária, e não um produto resultante da imaginação de teóricos ou, em suas próprias palavras, ‘expressão de vontades’. As vontades coletivas não poderiam se reduzir a construções intelectuais, já que suas origens seriam outras, parecidas com as das crenças religiosas ou místicas”. (GALASTRI, 2015, p. 181) Essas vontades seriam parte de um “subconsciente” coletivo dos grupos sociais. Assim, o mito não é prerrogativa somente das civilizações passadas, mas da sociedade atual também. Logo, é nele que se encontra o fundamento de algumas ações espontâneas dos homens, sobre os quais o interesse racional não é o pujante no momento da avaliação. Em Sorel, tal qual diz Gramsci, não existe o conceito de bloco histórico, mas o de “bloco de imagens históricas”, cuja função do mito aí seria a motivação ocasionada em decorrência destas imagens históricas, que colocam a todo momento a necessidade do devir histórico, “disposta teleologicamente no horizonte”. Já em Gramsci, o bloco histórico “seria a unidade dialética entre forças produtivas, relações sociais de produção e superestrutura jurídico-política num dado momento histórico”. Desta forma, “a força do conceito de ‘mito’, para Sorel, encontra-se em sua integridade imagética enquanto projeção da sublevação vindoura. Em Gramsci, está na unidade material contraditória de um período histórico específico, traduzido enquanto bloco histórico possível”. (GALASTRI, 2015, p. 222)

⁵ Para Gramsci, Benedetto Croce tem como grande feito ter dissolvido o “conceito de ‘sistema’ fechado e definitivo”, logo, “a filosofia deve resolver os problemas que o processo histórico apresenta em seu desenvolvimento apresenta em cada oportunidade”. A sistematicidade, assim, não é buscada em uma estrutura externa, mas na imanência própria (portanto, coerência e lógica interna) das soluções apresentadas em cada caso particular. De tal sorte que “o pensamento filosófico não é concebido, portanto, como um desenvolvimento de um pensamento a outro pensamento, mas como pensamento da realidade histórica”. (GRAMSCI, 2013, p. 288)

⁶ Uma vez que “as ‘distinções’ que é preciso fazer em tais representações não são e nem podem ser apresentadas ‘especulativamente’, sob pena de se cair numa nova forma de retórica e numa nova espécie de ‘sociologia’, que, por ser ‘especulativa’, não deixaria de ser uma mecânica e abstrata sociologia; elas existem como distinções de grupos ‘verticais’ e como estratificações ‘horizontais’, isto é, como uma coexistência e justaposição de civilizações e culturas diversas, relacionadas pela coerção estatal e organizadas culturalmente numa ‘consciência moral’, contraditória e ao mesmo tempo ‘sincrética’”. (GRAMSCI, 2013, p. 294)

consciência moral”, mas é notável, em sua avaliação, a forma “arbitrária” e a “generalização que Croce faz desta observação de senso comum”. (GRAMSCI, 2013, p. 294-295) Em resumo,

a história ético-política – na medida em que prescinde do conceito de bloco histórico, no qual o conteúdo econômico-social e a forma ético-política se identificam concretamente na reconstrução dos vários períodos históricos – é nada mais do que uma apresentação polêmica de filosofema mais ou menos interessantes, mas não é história. (GRAMSCI, 2013, p. 308)

Nos moldes das revoluções clássicas, as classes dirigentes sempre contaram com a força das armas e das ideias para derrotar o velho, o regime feudal-absolutista. Para isso, o conteúdo de jacobinismo, revolução permanente e guerra de movimento é o eixo principal para explicar as táticas de ruptura total com a antiga ordem. No entanto, o estabelecimento da hegemonia liberal burguesa na Europa durante o século XIX fará necessário uma nova análise de como combatê-la, deixando de lado o subversivismo esporádico e construindo uma nova hegemonia capaz de romper os vínculos mais profundos já estabelecidos na sociedade civil, o que Gramsci denomina de *hegemonia civil*.

Pontua, ainda, o sardo que "toda a história depois de 1815 mostra o esforço das classes tradicionais para impedir a formação de uma vontade coletiva desse tipo, para manter o poder 'econômico-corporativo' num sistema internacional de equilíbrio passivo." (GRAMSCI, 2011a, p. 18) E por isso afirma que "se, na Itália, não se formou um partido jacobino, as razões devem ser buscadas no campo econômico, isto é, na relativa fraqueza da burguesia italiana e no clima internacional diferente da Europa após 1815". (GRAMSCI, 2011c, p. 83)

Na avaliação do processo histórico, entre os muitos escritos de Croce, Gramsci refere-se, para tal reflexão em particular, a dois deles: *Storia d'Europa* e *Storia d'Italia*. Então, pergunta-se e nos convida a refletir: é possível conceber uma história sobre a Europa do século XIX sem que se leve em conta, organicamente, os feitos (e efeitos) da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas? É possível fazer uma história da Itália na época moderna sem considerar as lutas do *Risorgimento*? A síntese crítica feita por Gramsci, que já demonstra uma tendência de análise, é aquela segundo a qual

pode-se dizer, portanto, que o livro sobre a história da Europa não é mais do que um fragmento de história, o aspecto ‘passivo’ da grande revolução que se iniciou na França em 1789, espalhou-se pelo resto da Europa com os exércitos republicanos e napoleônicos, sacudindo

poderosamente os velhos regimes e determinando não a sua derrocada imediata, como na França, mas a corrosão 'reformista' que durou até 1870. (GRAMSCI, 2013, p. 298)

Esta elaboração croceana, pergunta-se Gramsci, possui alguma referência em sua contemporaneidade? Ela não procura, em tempos de "revolução-restauração" criar um correspondente movimento ideológico? Toda esta sua narrativa serve de escudo para absorver os impactos jacobinistas que as massas populares francesas experimentaram em 1831 e 1848. Ou seja,

no período posterior a 1870, com a expansão colonial europeia, todos estes elementos se modificam, as relações de organização internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e robustas; a fórmula da 'revolução permanente', própria de 1848, é elaborada e superada na ciência política com a fórmula da 'hegemonia civil'. Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode-se dizer que um Estado a estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às 'trincheiras' e às fortificações permanentes de frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas 'parcial' o elemento do movimento que antes constituía 'toda' a guerra, etc. (GRAMSCI, 2011a, p. 24)

Argumenta o sardo que a principal característica do processo revolucionário burguês francês é justamente a existência do elemento jacobino, ou, melhor dizendo, da viabilidade apresentada por um grupo político-intelectual como condutores da mais radical e avançada práxis social em favor das grandes transformações. De certo modo, esta condição nos revelaria a proeminência de uma profunda conexão orgânica entre os desejos das massas populares e os desígnios impetrados por uma classe social fundamental, a burguesia.

Se a disputa entre as classes sociais fundamentais se dá, essencialmente, sob o jugo de proposições hegemônicas, as impossibilidades de instituírem tais conexões orgânicas será um dos determinantes para que se entenda a primeira metade do século XX como incubadora de revoluções passivas. Quer seja pelo distanciamento concreto entre as propostas liberais e seus efeitos sociais para o conjunto das massas, quer seja pela ação diretivo-organizativa das classes dirigentes e dominantes em evitar que as classes subalternas constituam sua unidade.

A análise de Vincenzo Cuoco sobre a revolução napolitana de 1799 advoga centralmente a influência decisiva da Revolução Francesa sobre os processos napolitanos

analisados. O acontecimento francês mobilizou, como agente externo⁷, um setor das classes dirigentes italianas em construir uma nação ítalo-napolitana. Este impulso, sob a análise de Cuoco, fez com que a classe dirigente notasse a falta de unidade *interna* à classe. Esse fator somado à exclusão das massas populares do processo revolucionário sedimentara a sua diferenciação para com o caso francês: trata-se, lá, de uma revolução ativa onde classe “dirige prontamente a si próprio àquilo que mais de perto lhe interessa” (CUOCO *apud* BIANCHI, 2006, p. 43), e, aqui, uma revolução passiva.

Tendo ciência do *nexo* interno-externo, Gramsci, na avaliação do processo francês, tomou conhecimento da formulação de Edgar Quinet que indicava diretamente ser o período da restauração borbônica como sendo um momento de revolução-restauração. Gramsci, absorvendo-o para o seu complexo arquétipo categorial, encontra uma relação íntima entre esta e a formulação de Cuoco, pois ambas:

exprimiriam o fato histórico da ausência de iniciativa popular no desenvolvimento da história italiana, e o fato que o ‘progresso’ se verificaria como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico e desorgânico das massas populares com ‘restaurações’ que acolhem uma parte qualquer das exigências populares, sendo assim, ‘restaurações progressivas’ ou ‘revoluções-restaurações’ ou ainda ‘revoluções passivas’. (GRAMSCI, 2013, p. 393)

Doravante, entendeu Gramsci, ainda, que o processo francês, por ter contido em si, como representação, a universalidade do projeto liberal-burguês revolucionário, tenderia a criar “ondas sucessivas”, derivadas deste acontecimento, e cuja recepção nas demais nacionalidades não corresponderão exatamente ao que a história francesa demonstrava. O conteúdo seria, assim, reformista, de restauração⁸. No entanto, também é verdade que esta constituição necessita, além de seu chão concreto, o terreno econômico de um novo modo de produção, ele não é suficiente, por si só.

É verdade que a conquista do poder e afirmação de um novo mundo produtivo são indissociáveis; que a propaganda em favor de uma coisa é também propaganda em favor da outra; e que, na realidade, somente nessa coincidência é que reside a unidade da classe dominante, a qual é, ao mesmo tempo, econômica e política; mas se manifesta o complexo problema da correlação de forças internas ao país em questão, da

⁷ É disto que Gramsci apreende que o processo de construção das bases capitalistas na Itália não é compreensível sem a estima necessária às relações internacionais que “certamente, tiveram uma grande importância para determinar a linha de desenvolvimento do *Risorgimento* italiano”. (GRAMSCI, 2011c, p. 85)

⁸ “Desse ponto de vista, o período da ‘Restauração’ é o mais rico de desenvolvimentos: a restauração torna-se a forma política na qual as lutas sociais encontram quadros suficientemente elásticos para permitir à burguesia chegar ao poder sem rupturas clamorosas, sem o aparelho terrorista francês”. (GRAMSCI, 2013, p. 426)

correlação das forças internacionais, da posição geopolítica do determinado país. (GRAMSCI, 2013, p. 428)

Assim, mediante estas elucidações, Marcos Del Roio (2009)⁹ entenderá que a categoria de revolução passiva abarca o processo de ruptura molecular com a velha ordem visando o estabelecimento de uma outra inteiramente nova, como visto no próprio *Risorgimento*, mas também como fenômeno de acomodação e adequação à algum impulso externo, ou melhor dizendo, uma fase mais moderada dentro de um contexto de transformações profundas.

De tal forma que, partindo da filosofia da práxis, Antonio Gramsci nos coloca necessidade do vislumbre sob uma nova orientação: todo e qualquer movimento de crítica sistemática à sociabilidade do capital deve estar vinculado, necessária e fundamentalmente, a uma nova concepção de mundo e de um “viver” societal novo, ou melhor dizendo, a uma nova hegemonia, também uma construção sistêmica. E para isso, se faz mister, entender que não há separação orgânica entre filosofia, economia e política. Em acordo com a formulação de Giovanni Semeraro,

se toda concepção de mundo e seus valores têm uma íntima imbricação com um sistema econômico determinado, este é considerado por Gramsci não como uma força autônoma e onipotente, mas como ‘cristalização’ das atividades humanas, criação de ‘vontades coletivas’ historicamente materializadas, é a subjetivação histórica de um grupo social determinado. *Não é outro sentido de ‘bloco histórico’ que designa a recíproca e dialética relação entre a espessura ‘objetiva’ das forças materiais existentes na sociedade e a prática de uma política livre e criativa desencadeada por grupos socialmente organizados.* (SEMERARO, 2006, p. 53-54, grifo meu)

Romper-se-á o equilíbrio passivo mencionado exatamente quando da eclosão das tensões internacionais como reflexos incomensuráveis dos desejos e interesses de classe organizados sob as vestes dos Estados nacionais e pela intervenção neocolonialista imbricada no imperialismo, como bem já argumentava Vladimir Lenin¹⁰ nos primórdios do século XX. Eis aqui o terreno social de onde se projetam as respostas liberais-burguesas à crise de hegemonia vista na primeira metade do século XX: a saber, o nazi-fascismo, o americanismo-fordismo e, em nosso radar, o neoliberalismo.

Esta última, no entanto, ganha relevância no interior da hegemonia burguesa apenas em época contemporânea, especialmente após a crise econômico-social dos anos

⁹ Diz: "Por ora, Gramsci entende o conceito de revolução passiva como passível de apreender um fenômeno de “revolução sem revolução” produzida por um impacto externo ou de um fenômeno que demarca uma fase de um processo mais longo de revolução". (DEL ROIO, 2009, p. 62-63)

¹⁰ Cf. LENIN, Imperialismo: estágio superior do capitalismo, 2012.

1970. Inúmeros são os fatores que se encontram implicados nessa consideração. Pretendemos neste texto, no entanto sem esgotar o tema, sopesar a relevância dos intelectuais orgânicos neoliberais na edificação da agenda de transformações estruturais regressivas que sintetizam os interesses de amplos setores das classes dirigentes e dominantes, entrelaçados tanto em nível internacional como nacional.

O presente texto, então, procurará abordar o processo da neoliberalização chilena tendo em vista observar os elementos que entendemos ser essenciais, quais sejam: circunscrever as particularidades das formulações teóricas neoliberais em meio à intelectualidade orgânica do capital, bem como perscrutar as agendas econômica e político-ideológica consubstanciadas pela ação diretivo-organizativa de seus agentes no campo dos aparelhos hegemônicos estatais e privados; evidenciar o impacto de tais formulações no terreno concreto da luta de classes contemporânea chilena a partir das considerações elencadas para a compreensão do “capitalismo popular” como ferramenta de relevante importância na conformação do consenso adequado às exigências de um particular modo de vida. A relação orgânica entre os Chicago Boys e a ditadura civil-militar de Augusto Pinochet expressa parte fundamental dos pilares de sustentação do consenso fundante do “Chile Actual¹¹”.

A teia capital-imperialista e a internacionalização neoliberal: reorganização das classes dirigentes e dominantes

O período do pós-2ª Guerra Mundial, contexto onde se observa a constituição e consolidação de aparelhos privados de hegemonia neoliberais – como a *Sociedade Mont Pelèrin* em âmbito internacional e o “Projeto Chile” que consubstancia a existência aos Chicago Boys – é o momento onde, para Virgínia Fontes (2010), se estabelece os laços fundamentais do capital-imperialismo¹². Daremos atenção, sobretudo, aos pressupostos

¹¹ Expressão retirada de MOULIAN, Tomás. 2017.

¹² Hilferding e Lenin, no início do século XX, quando advertiam que estava ocorrendo uma “união íntima” entre os capitais, faziam menção à sua manifestação concreta, a saber a fusão entre os capitais dos grandes proprietários industriais e os grandes banqueiros. Essa união, demonstra Virgínia Fontes, continuou acontecendo na segunda metade deste mesmo século, mas sua forma se alterou, passou a significar a fusão entre capitais “de quaisquer origens”, o que ofuscava e fazia perder espaço o entendimento desta unificação como sendo “entre ‘espécies’ diversas de capitalistas” e sua combinação forneceu bases para que o “impulso monopólico” dali proveniente se transfigurasse “na constituição de imensos conglomerados multinacionais” e, depois, finalmente, “se encaminhar em direção a uma propriedade quase desencarnada do capital”, isto é, “num capital-imperialismo tentacular”. (FONTES, 2010, p. 155, *grifos da autora*)

fundamentais sob os quais a dinâmica da luta de classes e o circuito de valorização do capital se reposicionaram.

Os países saíram das guerras, em sua maioria, heterogeneamente impactados, mas com um objetivo mais ou menos unificado: retornar ao contexto de desenvolvimento do imediato pré-guerra, fins do século XIX. Ademais, a União Soviética como segunda potência mundial em termos econômicos e militares solidificava entraves ao retorno do “bom e velho” capitalismo de outrora¹³. Isto fica evidente no fato de que este novo contexto implicava responder a novas injunções, de diversas ordens.

As tensões existentes, contudo, em nível intra-classe e intra-imperialista, tiveram de ser abrandadas. Observa Fontes que este processo de “contenção anticomunista” que acontecia no campo “político, intelectual e cultural” agudizava os tensionamentos em outras áreas. Conduzindo, assim, para um contexto onde sua efetivação foi decidida menos pela adesão ao ideário estadunidense do que pela consolidação de uma estrutura organizativa em escala internacional.

No momento de reorganização e regulamentação, como acima mencionado, antes mesmo de terminar a 2ª Guerra Mundial, entre 1942 e 1944, houveram discussões entre

¹³ Seria impossível dizer que algum país tenha conseguido repetir a forma de inserção à ordem capitalista como já realizado pelo capitalismo inglês, ou o francês, ou, até mesmo, os países de revolução passiva no começo do século XX. E isto se daria por três razões que se explanará em seguida. Primeiro, “porque a extensão de relações sociais capitalistas ocorre transmutando configurações de dominação e subordinação históricas em formações sociais específicas” que “se reconfiguram ao longo do mesmo período, exatamente em função das transformações que o capitalismo *impõe*, mas que também *experimenta*”. Sendo o capital uma relação social expansiva, sua forma de inserção não se dá em países isolados, portanto, pressupõe sempre uma dada transação internacional que se transfigura como “assimetrias econômicas, militares, sociais e políticas”, isto é, sua expansão implica, “ao mesmo tempo, *uma forma específica de inserção desigual no plano internacional*”. É, assim, coisa substancialmente distinta da “expansão” meramente “subordinadora”. Segundo, é verdade que, mesmo estando impossibilitado por sua própria lógica, tentou-se, e muito, que alguns países seguissem o “modelo” de forma mecânica, mas a formação econômico-social de cada país representa, ao fim, formas distintas de manifestação das contradições entre burguesia e classes subalternas. “Como a expansão do capital interconecta as diferentes regiões e países, as tensões nos elos mais frágeis passavam a repercutir também nos polos centrais” que implicava agudizar “suas próprias contradições” e impor “ajustes, violentos ou tortuosos”, que, por uma forma ou outra, “impactavam o conjunto da cadeia imperialista”. Tem-se, como bem dizia Florestan Fernandes (2005), que a contrarrevolução preventiva se torna “condição de acumulação burguesia dependente, num primeiro momento, e da ordem burguesa como um todo, no predomínio do capital-imperialismo”. Por fim, é preciso, entretanto, não perder de vista que o processo da espiral capital-imperialista não é apenas uma “política”, mas “uma totalidade” que por ultrapassar o nível da “concentração”, converteu-se em “forma de extração de mais-valor dentro e fora das fronteiras nacionais”. O que levaria a pensar, ainda segundo Fontes, que o capital-imperialismo inaugura “um novo espaço para a historicidade” que corresponde “à socialização efetiva das forças produtivas e à circulação de capitais”, mas, concomitantemente, “aperfeiçoam mecanismos para sua contração” especialmente pelo “enrijecimento da forma Estado e sua contenção das lutas populares”. A generalização desta contração estatal, a que os neoliberais darão o nome de “Estado Mínimo”, ou “Estado Guarda Noturno”, se configurou como contrapartida necessária. Ou seja, “não se trata apenas da expressão de uma ‘vontade’, mas de uma ‘necessidade’ imperiosa do capital-imperialismo que, aliás, formula suas justificativas exatamente pela falta ou ausência de alternativas”. (FONTES, 2010, p. 152)

representantes dos Estados-Nação do centro tal qual os da periferia¹⁴. Dentre os vários mecanismos regulamentados e definidos a partir de Bretton Woods pode-se destacar: a taxa de câmbio fixa, modificável apenas sob condição de desequilíbrio econômico; controle dos fluxos de capitais, embora mantivesse a autonomia dos países sobre suas contas correntes; e a definição do ouro como reserva internacional e a livre conversibilidade desde que assegurado o lastro para tal¹⁵.

A reorganização do comércio e do sistema monetário internacional, expressos sob o acordo de Bretton Woods, permitiu sobremaneira a recuperação dos países do centro. Hobsbawm (2008) alerta para o fato de que nesse período houve um crescimento de quatro vezes no índice de comercialização, contando com uma expansão de dez vezes dos produtos manufaturados. De tal sorte que, com a adoção do regime de produção fordista, as burguesias conseguiram alavancar, novamente, sua lucratividade. Baseado em um contexto de amplo desenvolvimento da pesquisa científica, a produtividade do trabalho tinha níveis crescentemente mais altos. É o momento de multinacionalização do capital, onde se conforma a “teia capital-imperialista”.

Os EUA, a partir da intensa monopolização econômica e multinacionalização do capital, pôde assumir, por conta de seu distanciamento das zonas beligerantes da 2ª Guerra, papel de destaque. Com taxas de crescimento próximas a 10% ao ano¹⁶, esta ascensão econômica transformou-se em predominância econômica e política, deslocando o dólar estadunidense à condição de meio de pagamento internacional, uma vez que os EUA acumulavam grandes reservas de ouro, dado fundamental para a conversibilidade.

¹⁴ Em consonância com a avaliação de Eichengreen (2000), é neste íterim que se coloca dois planos distintos: de um lado o Plano de John Maynard Keynes, inglês, e, de outro, o Plano de Harry Dexter White, estadunidense. Argumenta que “a diferença entre os planos de Keynes e de White estava nas obrigações que eles impunham aos países credores na flexibilidade das taxas de câmbios e na modalidade de capitais por eles admitidos. O Plano Keynes teria permitido aos países modificar suas taxas de câmbio e adotar restrições cambiais e comerciais conforme necessário para compatibilizar o pleno emprego com o equilíbrio na balança de pagamentos. O Plano White, em contraste, previa um mundo livre de controles e de paridades fixas sob a supervisão de uma instituição internacional com o poder de veto sobre mudanças nessas paridades. (EICHENGREEN, 2000, p. 135)

¹⁵ Francieli Martins Batista (2018, p. 38-39, *grifo meu*) nos chama atenção para três aspectos centrais deste contexto: a) a conformação do regime de produção fordista se deu sob o manto da padronização do trabalho que resultava em uma massificação da produção, o que contribui para uma alta produtividade; b) esta produtividade está, também, vinculada ao desenvolvimento técnico-científico. Não podemos esquecer, ademais, que “apesar desta tendência geral”, o “avanço tecnológico esteve muito mais avançado no centro e concorria para reforçar a enorme vantagem econômica dos países centrais em relação aos periféricos”; c) as duas primeiras se tornaram factíveis dentro de uma nova reorganização global, o Acordo de *Bretton Woods*, que ensejava uma nova ordem econômica baseada nos “princípios norteadores” como “o desenvolvimento de um livre comércio internacional garantido por uma moeda forte [o dólar estadunidense] e de confiança e a implementação de mecanismos que assegurassem o equilíbrio da balança de pagamentos e a liquidez do mercado mundial.

¹⁶ Cf. HOBSBAWM, 2008.

Este deslocamento possibilitou aos EUA o lugar de garantir a liquidez do mercado mundial, portanto, de subordinar tudo e todos aos seus interesses. Isto é, mesmo entre os países do centro imperialista, os EUA fizeram sentir sua condição hegemônica.

Ainda que a predominância tenha sido estadunidense, consolida-se uma tríade (EUA, Europa e Japão) como forma de gestão internacional contando vínculos e arremedos desiguais entre os gestores e, obviamente, entre os demais países inseridos de forma subalterna. Entrelaçam-se estruturas organizacionais¹⁷ imperialistas e capitais. Esta escala envolvendo muitos países dentro de uma mesma operação, caracteriza a forma sob a qual as multinacionais, estruturadas em grandes sociedades anônimas, conseguiram com isso não somente uma “enorme fonte de lucros e de produção”, como também “aprofundou a divisão internacional do trabalho”, e, “modificou a inserção mundial dos países imperialistas”. A formação desta espiral capital-imperialista requeria, todavia, que houvesse uma constante abertura de mercados para absorção destes capitais¹⁸. (FONTES, 2010, p. 164)

Argumenta David Harvey (2009, p. 131) que os EUA, neste processo, se tornam os banqueiros do mundo, exigindo a abertura dos mercados, quer seja de capital quer seja produtivo (de mercadorias), ao poderio de suas empresas¹⁹. Assim, da mesma forma como a suplementação mais substancial dos financiamentos de reconstrução da Europa e Japão

¹⁷ Faz parte desta estrutura não somente o Banco Mundial (BM), mas um conjunto mais amplo que está sob a tutela geral do GBM. São eles, por exemplo, o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID). Da mesma forma, as operações do *Bank for International Settlements* (BIS). O primeiro, criado ainda em 1944, destinava-se a gerenciar o volume de transação comercial e financeira entre governos e instituições públicas. A AID surge apenas em 1960 e objetivava, centralmente, fornecer esses mesmos serviços para os países pobres com taxas vantajosas no mercado. O BIS, por sua vez, surge em 1930, fruto de um acordo intergovernamental entre Alemanha, Bélgica, França, Grã-Bretanha, Itália, Japão, EUA e Suíça, para, em um primeiro momento, regulamentar as reparações de guerra a serem custeadas pela Alemanha depois de assinado o Tratado de Versailes após a 1ª GM. Este organismo terá papel fundamental na condução e regulamentação do mercado de eurodólares, de meados dos anos 1950 em diante. Estes organismos internacionais acabam se tornando novos centros de lutas e disputas político-econômicas, uma vez sua função fundamental de regular o financiamento em escala global.

¹⁸ Este movimento, que Virgínia (2010, p. 165, *grifos da autora*) chama de “megaconcentração” se deu em três frentes: “tende a *capturar todos os recursos disponíveis* para convertê-los em capital; precisa promover a *disponibilização de massas crescentes da população mundial*, reduzidas a pura força de trabalho, e, enfim, *transformar todas as atividades humanas em trabalho*, isto é, em formas de produção/extração de valor”.

¹⁹ Resultou, contudo, na confirmação dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) que auferiu a possibilidade de que as grandes empresas pudessem descentralizar os ciclos produtivos e, uma vez feito isto, depreende-se que houve uma exportação das bases produtivas. Isto é, “a ampliação do raio de acumulação capitalista não estava mais restrita à exportação de capitais e mercadorias, uma vez que a expropriação do valor se realizava de forma mais direta a partir da correspondência entre matriz e filial. À luz desse complexo, se verificou uma *grande expansão comercial sustentada pela intensificação da comercialização intra-empresas que reforçava a tendência à concentração do capital*. (BATISTA, 2018, p. 42, *grifo meu*)

se deram, em termos de volume, centralmente via Plano Marshall, isto significava dizer que os EUA, como já argumentado, possuíam margens de manobra ainda mais implacáveis. O controle do fluxo de capitais e as intermediações, quer seja de escritórios fornecendo contratos, quer seja de Bancos para realizar a transação, favorecia sobremaneira as instituições estadunidenses. Como contrapartida, dentro desta disputa interna aos países centrais, consideramos ser, o mercado de eurodólares, um exemplo de organização intraclasse destes grandes conglomerados e mercados nacionais que vinham sendo minados pela atuação intransigente dos EUA.

Este novo patamar de concentração de capital custou a alteração do perfil de parte da burguesia internacional. Este novo compósito estrutural do imperialismo contou, também, com inúmeros outros organismos responsáveis em modelar formações políticas, econômicas, de gestão pública e afins²⁰. Concomitantemente a estes organismos intergovernamentais, surgem, neste contexto, inúmeros outros Institutos com variados objetivos e nacionalidades, onde procurava-se produzir e formular política, econômica e culturalmente as bases sobre as quais estes imperativos do capital, sua *necessária* expansão, concentração e centralização, poderiam ser coordenados junto dos interesses de quem os formulava. Em particular atenção, os ideologicamente alinhados ao neoliberalismo.

Neste íterim histórico houve, notoriamente, um processo intenso de industrialização nos países de centro, mas também nos periféricos. Nos anos 1960, aponta Hobsbawn (1995) que este movimento de centralização e concentração do capital, forjado pela multinacionalização do capital, afluiu para, também, para a periferia. Estes capitais, destas grandes empresas, buscavam nos países da periferia do sistema capitalista formas de fazê-lo valorizar ainda mais, especialmente pela incipiente legislação trabalhista, pela abundância de mão-de-obra e força de trabalho precarizada, e, pela maior mobilidade do capital, dado que as restrições e regulamentações eram muito menores – quando não praticamente inexistentes – em relação tanto ao espaço de comércio internacional, regulado pelo FMI e outros aparelhos hegemônicos quanto à precariedade das políticas

²⁰ Em 1955 é criado o Instituto de Desenvolvimento Econômico que contou, desde sua criação, com o apoio de fundações privadas, como a Rockefeller e Ford. Seu “intuito explícito” era “a formação de quadros políticos e técnicos nos países predominantes e nos países alvo das intervenções do Banco, (...) elaboração e a execução de políticas”. (FONTES, 2010, p. 170) Cria-se, depois, em 1956, a Corporação Financeira Internacional (CFI): “a CFI atua fortemente junto aos Estados para catalisar recursos públicos, agilizar o trâmite legal dos negócios e emprestar o seu selo a determinadas iniciativas empresariais. Trata-se, portanto, de uma organização que atua em tempo integral no âmbito da intermediação de interesses públicos e privados”. (PEREIRA apud FONTES, 2010, p. 171, grifos da autora)

sociais como aquelas sustentadas pelo Estado previdenciário, especialmente nos países do centro europeu subalternizado²¹.

Não obstante, algumas burguesias locais e, conseqüentemente, governos de Nações “atrasadas”, puderam, em associação com este novo “consórcio” global de financiamento, introduzirem-se, ainda que desprovida de autonomia real e concreta, no circuito da produção e circulação de capitais internacionais. Modernizaram-se ao passo que se subalternizaram, política e economicamente.

Esta nova adequação implicou, como se sabe, uma transformação profunda das relações trabalhistas que, pouco a pouco, foram dando contornos claros às bases que, com a teoria neoliberal na condição hegemônica, serviu de estrutura para as transformações mais aceleradas no pós-crise dos anos 1970. As mudanças se deram tanto em nível de estrutura organizacional, que era multinacional, o que ensejava distinções por nacionalidades, quanto entre trabalhadores de um mesmo país que, em condição de subalternidade, tinha suas condições bastante mais precárias que as dos países centrais²².

Fins dos anos 60 e a década de 70 foram demonstrativos da grave crise de acumulação pelo qual passava o capitalismo mundial e seus sinais foram explícitos: desemprego em massa e inflação crescente; a porosidade das fronteiras dos Estados estava sendo pressionada pela necessidade do capital em fluir em maior quantidade e rapidez. Bretton Woods, e sua política de câmbio fixo, estava, de uma certa forma, com seus dias contados desde o dia em que tomou forma²³.

Se, de um lado, o capital, enquanto relação social, tem, em si, uma dimensão continuamente expansiva, que se manifesta, concretamente, como modos e regimes de produção, de outro, expande-se, correlatamente, a produção de conhecimento e avanço científico. Isto, para reafirmar, que toda filosofia se realiza como tal na medida em que se apresenta, também, como senso comum. Em nosso entender, a experiência histórica

²¹ Politicamente, havendo o consenso das políticas intervencionistas, os socialdemocratas tinham respaldo considerável entre a massa urbana proletarizada e partes da massa rural.

²² Era uma forma de deslocar a discussão para longe de seu problema real, qual seja, a “produção crescente de desigualdades no plano internacional, das quais dependiam em parte os próprios direitos conquistados nos países imperialistas”, transfigurando aqueles dos países subalternos em “despreparados, deseducados e ineficazes, econômica e politicamente”. (FONTES, 2010, p. 166)

²³ Da necessidade de respostas e planos alternativos, tivemos que “O resultado foi a polarização do debate entre aqueles que apoiavam a socialdemocracia e o planejamento central, de um lado (que, quando no poder, como no caso dos trabalhistas ingleses, com frequência acabavam tentando reprimir, em geral por razões pragmáticas, as aspirações de seus próprios eleitores), e os interesses de todos os que pretendiam liberar o poder corporativo e dos negócios e restabelecer as liberdades de mercado, de outro”. (HARVEY, 2008, p. 23)

entre a década de 1920 até meados de 1970 permite-nos avaliar a consubstanciação, de um lado, da formação da “teia capital-imperialista”, fruto da multinacionalização do capital, e, de outro, a “internacionalização” da teoria neoliberal²⁴, e sua correlata expansão mediante os aparelhos hegemônicos – privados, estatais e internacionais.

Crise orgânica e neoliberalização

Harvey (2008, p. 27-29) argumenta que houve duas interpretações do processo de neoliberalização, quer “seja como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas”. De tal sorte que “a neoliberalização (...) teve notável sucesso na restauração” do poder de classe. As proposições neoliberais, portanto, funcionaram “primordialmente como um sistema de justificação e de legitimação do que quer que tenha sido necessário fazer para alcançar esse fim”. Somente atingiu uma regulação estável e razoavelmente organizada internamente quando da realização e promulgação do “Consenso de Washington” nos anos 1990.

Dito de outra forma, o “Consenso de Washington” *traduziu*, política e economicamente, as reflexões neoliberais que, durante a *Welfare State*, puderam alçar-se, junto da multinacionalização do capital, à uma correspondente “internacionalização”. Até então o que se tinha eram variadas experiências muito distintas entre si e baseadas em compósitos teóricos e econômicos diferentes.

Há um fator que se pode argumentar coincidente em vários dos casos avaliados: a crise de acumulação dos anos 1970 atingiu com tanta força o mundo capitalista que, em grande parte do globo, alternativas socialistas aos pactos socialdemocratas começavam a ganhar terreno e força social. Sendo assim, como *ameaça política* às classes dirigentes do mundo capitalista, a recomposição não poderia versar-se, pura e simplesmente, neste campo de alternativas. Este conjunto de fatores, constituem parte importante da argumentação até o momento desenvolvida: havia uma crise no horizonte e a defesa da

²⁴ Diz o autor que não poderia ser diferente, dadas as premissas teórico-filosóficas, que os neoliberais estavam contra quaisquer tentativas de arranjos institucionais e econômicos que contivessem o mínimo de intervenção do Estado nesta última esfera. “O rigor científico de sua economia neoclássica não é facilmente compatível com seu compromisso político com ideais de liberdade individual, nem sua suposta desconfiança com respeito a todo o poder estatal o é com a necessidade de um Estado forte e, se necessário, coercitivo, que defenda os direitos à propriedade privada, às liberdades individuais e às liberdades de empreendimento”. (HARVEY, 2008, p. 30)

ordem “espontânea” do mercado se faria imperativa, oferecendo ainda mais espaço para as formulações neoliberais. Não deve nos surpreender,

portanto, que simultaneamente ao desenrolar da *crise estrutural* do sistema do capital, o então tendencioso liberalismo reformatório rapidamente se metamorfosiasse em uma forma mais agressiva de *neoliberalismo* apologético do Estado. (MÉSZÁROS, 2015, p. 25)

É por esta razão, entendemos, que, Del Roio (2018, p. 227), argumenta sobre a “persistente crise fiscal e financeira, nos Estados Unidos”, que “serviu de pano de fundo para crônica crise política alimentada por forte contestação sociocultural”, indicava tratar-se de uma crise orgânica. A densidade hegemônica da reposta acabou recaindo sobre o capital financeiro, grande lócus catalisador desta nova quadra histórica e que, por sua ação, orientou uma grandiosa massa de capital-dinheiro para a promoção de uma revolução informacional visando a automação (quase) completa da cadeia produtiva²⁵.

E esse capital financeiro, quando da imposição de sua lógica dentro da esfera produtiva (mas também social e cultural), destrói todo e qualquer laço de solidariedade²⁶ existente entre os trabalhadores. O isolamento a que o trabalhador é submetido durante o processo produtivo contribui bastante para o antagonismo latente do operariado seja sistematicamente impedido de emergir²⁷.

²⁵ O capital financeiro, que já era o principal polo da acumulação do capital, serve então de matriz geradora de uma massa de conhecimento por meio da garantia do controle e da gestão dos meios de produção da ciência, que tem a matéria-prima no saber e na inteligência. Mas o próprio monopólio da informação permite ao capital financeiro radicalizar sua natureza especulativa, transferindo capital-dinheiro de um ponto a outro do globo, promovendo um movimento de valorização alheio ao processo produtivo, acentuando o descolamento da reprodução ampliada da produção da riqueza social. (DEL ROIO, 2018, p. 230)

²⁶ Vladimir Safatle (2019, p. 110), em seu curso “Psicologias do fascismo”, argumenta que essa questão está precisamente na forma “psíquica” como um dado programa econômico se manifesta. No caso do neoliberalismo, em acordo com a tradição foucaultiana, expressa por Dardot e Laval, está contido no ideal do “empresário de si”: “Este ideal empresarial de si foi o resultado psíquico necessário da estratégia neoliberal de construir uma ‘formalização da sociedade com base no modelo da empresa’, o que permitiu à lógica mercantil, entre outras coisas, ser usada como tribunal econômico contra o poder público. Pois é fundamental ao neoliberalismo ‘a extensão e disseminação dos valores do mercado à política social e a todas as instituições’. A generalização da forma-empresa no interior do corpo social abriu as portas para os indivíduos se auto-compreenderem como ‘empresários de si mesmos’ que definem a racionalidade de suas ações a partir da lógica de investimentos e retorno de ‘capitais’ e que compreendem seus afetos como objetos de um trabalho sobre si tendo em vista a produção de ‘inteligência emocional’ e otimização de suas competências afetivas. Ela permitiu ainda a ‘racionalização empresarial do desejo’, fundamento normativo para a internalização de um trabalho de vigilância e controle baseado na auto-avaliação constante de si a partir de critérios derivados do mundo da administração de empresas. Esta retradução das dimensões gerais das relações inter e intrasubjetivas em uma racionalidade de análise econômica baseada no ‘cálculo racional’ dos custos e benefícios abriu uma nova interface entre governo e indivíduo, criando modos de governabilidade muito mais enraizados psiquicamente”. Algo similar, enquanto ideia, é expresso em Gramsci (2011b) quando versa sobre a necessidade premente do fordismo em criar uma adaptação *psicofísica*.

²⁷ Assim que, essa individualização do trabalho, conectada às novas tecnologias e às novas formas de organização e gerenciamento do trabalho, representa uma ulterior expropriação da subjetividade operária, pois, além da mão, submete a mente. *Ao mesmo tempo em que* o trabalho da fábrica taylorizada é

Assim, com o avanço da guerra de posição e a desarticulação dos grupos subalternos, é dado ao capital espaço suficiente para continuar sua ofensiva contra o mundo do trabalho, mas em termos de Estado, através da privatização da esfera pública que significa, dentre muitas coisas, a retirada em massa de direitos sociais vinculados ao trabalho (e, obviamente, estendidos ao cômputo geral da vida social)²⁸.

O que se vê é transferência do lócus do poder político e econômico para as grandes corporações capitalistas - as grandes sociedades anônimas que controlam a teia capital-imperialista, como nos sugere Virgínia - que redundam, sistematicamente, no esvaziamento do poder decisório e da soberania nacional dos Estados. No entanto, o Estado, enquanto instituição centralizadora, permanece indispensável, pois é ele quem abriga e dá guarida ao poder das grandes corporações no seio da sociedade civil. Cabe a ele, contudo, adequar-se para melhor garantir as necessidades do campo produtivo, seja em recursos naturais, seja em parcelas de mercado. Não obstante, é preciso entender que a dinâmica de enfraquecimento do Estado não é absoluta, mas relativa e diferenciada. Os Estados da zona periférica do capitalismo possuem contra si todo o *modus operandi* das ações colonialistas, militaristas em sua essência, a partir dos centros hegemônicos do imperialismo. Portanto,

o enfraquecimento do Estado é diferenciado e mesmo relativo. De fato, são os Estados nacionais periféricos aqueles a serem debilitados porque sofrem uma ofensiva colonialista que atinge seus recursos naturais, a ordenação da produção e de seus mercados. Cai o mito da soberania do poder estatal. (DEL ROIO, 2018, p. 232)

Os já mencionados novos órgãos supranacionais, ou mesmo localistas, ganham uma nova dimensão dentro da aplicabilidade do sistema societal causando, com isso, um desgaste profundo, para não dizer irreversível, das instituições liberal-democráticas que, até então, possuíam um mínimo de possibilidade de controle social, ou mesmo de representação. Tanto que “o governo representativo tem mesmo sua eficácia colocada em

desvalorizado, a revolução tecnológica eleva a produtividade social do trabalho, dotando uma parcela limitada da força de trabalho de saber técnico-científico, ao ligar trabalho produtivo e conhecimento científico, e assim constituindo uma nova versão de ‘aristocracia operária’. Mas, *por outro lado*, assim se cria uma quantidade crescente de trabalhadores em situação de acrescida precariedade, ocupada em tempo parcial, expropriadas de seu saber acumulado, uma massa enorme de expulsos do processo produtivo, no limite, expropriados do uso da sua força de trabalho. (DEL ROIO, 2018, p. 231, *grifos meu*)

²⁸ Estabelecido o objetivo de (re)privatizar a esfera pública, de modo a encaminhar soluções para a crise fiscal do Estado, ao mesmo tempo se conjura para que aquela parte da força de trabalho que permanece útil para o capital seja reduzida a uma nova forma de corporativismo (análogo à servidão feudal), a partir do momento em que seu posto de trabalho e suas garantias sociais devem passar a depender diretamente da tentacular empresa privada. Assim, nem mesmo o aumento da produtividade gerado pelas novas tecnologias e novas qualificações consegue estancar a queda das condições de vida dos trabalhadores. (DEL ROIO, 2018, p. 231)

dúvida, a fim de que se imponham formas de democracia plebiscitária (ou de cesarismo), movimento esse facilitado pela crise do sindicato e partido de massa e de toda a cultura socialista”. De forma que, “a mundialização do circuito do capital e a configuração do império estavam ao alcance das mãos tenebrosas da oligarquia financeira transnacional”. (DEL ROIO, 2018, p. 232-233)

Se, em Gramsci apreendemos que o conceito de revolução passiva possui duas características centrais: 1) um impacto revolucionário externo; e 2) uma forte pressão popular sobre o poder nacional vigente. Del Roio (2018, p. 235) enseja que, acerca do primeiro item, poderíamos pensar, com um tanto de flexibilidade na avaliação do conceito, que o impacto externo revolucionário está justamente exposto na ofensiva imperial (de caráter claramente conservador) desencadeado a partir dos EUA e a pressão dos grupos subalternos exemplificada na ação do movimento operário europeu e dos movimentos revolucionários na periferia. Entretanto, em um processo de revolução passiva é preciso que as classes dirigentes absorvam demandas parciais das classes subalternas a fim de que possa, a partir disto, recompor e reafirmar sua condição hegemônica ao passo que as afastam do centro decisório do poder.

Em suma, os processos históricos analisados e caracterizados por Gramsci como sendo de revolução passiva traziam consigo uma capacidade em potencial de ser, em algum grau e por algum momento, civilizador. E que, por isso, mantinham as esperanças de uma transformação mais contundente da vida social a partir do acolhimento de demandas dos grupos subalternos. No entanto,

ao momento em que a hegemonia se propõe *tão somente* como acentuação do *individualismo proprietário* e como manipulação ideológica, alcançando um número sempre mais exíguo de indivíduos e grupos, é preciso pensar se, na verdade, mais do que uma revolução passiva sob a forma de mundialização do capital, é mais provável que estejamos diante da *crise orgânica do bloco histórico* constituído sob o controle e a dinâmica do capital, que no seu inexorável declínio aponta para um crescente barbarismo social e tecnicista. (DEL ROIO, 2018, p. 237-238, *grifo meu*)

Destacáramos, não obstante, que as manifestações da crise orgânica do bloco histórico, ao qual estamos, encontram no nexos centro-periferia a continuidade do nexos interno-externo. Ou seja, as assimetrias provocadas pelo desenvolvimento desigual e combinado da sociabilidade do capital correspondem – mesmo porque incidem sobre condições histórico-concreta distintas – às divergências de ordem teórico-conceitual e político-organizativa.

Entendemos, assim, que as formulações – ideológicas – neoliberais foram fundamentais neste “embate das ideias”, tal como se pode observar, de formas distintas e variadas, os componentes do centro imperialista se reajustaram dentro deste contexto de crise hegemônica de acordo com as particularidades de seus países, mas com um ponto nodal que os identifica: atuando sob o critério de “reação”, eles “passaram a buscar um novo realinhamento, agrupando-se em torno de seus *setores sociais mais conservadores*, fazendo uso de *métodos do fascismo* e da ideologia [entendida como concepção de mundo] do neoliberalismo como *elemento aglutinador*”. (DEL ROIO, 2018, p. 227, *grifos meu*)

Identificá-lo, portanto, como *elemento aglutinador*, é, para nós, também procurar evidenciar suas formas de expressão enquanto *modo de vida* correspondente. Assim como vislumbrar como os grupos políticos alinhados ao neoliberalismo, organizados em diversos aparelhos privados de hegemonia, alcançaram a possibilidade de, através de impulsos constantes de “internacionalização”, incidirem nos mecanismos decisórios. Chegarem à condição de “Estado”.

Vejamos, por exemplo, quanto ao mercado de trabalho, a total aversão dos Estados neoliberais a quaisquer tipos de solidariedade de classe que possa, em algum momento por alguma razão, criar obstáculos para a acumulação de capital. O mantra baseou-se na necessidade de “flexibilização” das regulamentações e relações de trabalho²⁹. Neste sentido, coube ao “o Estado neoliberal deve favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio”. (HARVEY, 2008, p. 75)

Há uma demonstração por parte de Harvey (2008, p. 21) do arquétipo desenhado e construído pelos intelectuais e economistas para um contexto de após guerra e de possibilidades de intensificação das lutas sociais. Assim, o *Welfare State* junto de seu braço econômico (keynesiano) esteve ancorado sobre uma razoável simetria entre os interesses dos trabalhadores e dos empresários. O que o neoliberalismo quer é exatamente romper este “grilhão”. Os efeitos são, reconhecidamente, deletérios. O que outrora fora

²⁹ “O resultado geral se traduz em baixos salários, crescente insegurança no emprego e, em muitos casos, perda de benefícios e de proteções ao trabalho. Podemos discernir prontamente essas tendências em Estados que seguiram o caminho neoliberal. Dado o violento ataque a todas as formas de organização do trabalho e aos direitos do trabalhador [assim] tem-se a impressão de que o controle do trabalho e a manutenção de um elevado grau de exploração do trabalho têm se constituído desde o começo num componente essencial da neoliberalização. A *formação ou a restauração do poder de classe ocorrem, como sempre, à custa dos trabalhadores*”. (HARVEY, 2008, p. 86, *grifo meu*)

uma peça fundamental no constructo do período anterior, as necessidades sociais básicas, tem, no neoliberalismo, um processo de crescente abandono por parte do aparato estatal: educação, saúde, transportes, seguridade social (previdência), etc. Junto de tamanhas mudanças nas políticas sociais é visível as transformações em termos de governança sob a égide da neoliberalização. Quanto a isto, destaca Harvey que

a passagem do governo (o poder do Estado em si mesmo) à governança (uma configuração mais ampla que contém os Estados e elementos-chave da sociedade civil) tem sido, portanto, pronunciada sob o neoliberalismo. (...) [Em outras palavras,] *a fronteira entre o Estado e o poder corporativo tornou-se cada vez mais porosa*. O que resta de democracia representativa é sufocado, quando não, como no caso dos Estados Unidos, totalmente, ainda que legalmente, corrompido pelo poder do dinheiro. (HARVEY, 2008, p. 87-88, *grifo meu*)

Compreendemos, junto de Gramsci, que esta porosidade afirmada por Harvey, se trata, na verdade, da constatação do Estado integral, ou seja, aquele que compreende uma ação relacional, contraditória e complementar simultaneamente, entre a “sociedade civil” e a “sociedade política” que, ao fim, devem ser separadas somente como distinção metodológica. Resulta, portanto, que esta porosidade (entendida aqui como estreitamento, evidenciação de laços orgânicos) não é consequência do processo histórico, mas sim constitutiva. De modo que,

o período em que o Estado neoliberal se tornou hegemônico também tem sido o período em que o conceito de sociedade civil – com frequência tomado como entidade de oposição ao poder do Estado – se tornou central para a formulação da política oposicionista. *A ideia gramsciana do Estado como unidade formada por sociedade política e sociedade civil enseja a ideia da sociedade civil como centro de oposição, se não como alternativa, ao Estado*. (HARVEY, 2008, p. 88, *grifo meu*)

Vejamos, assim, que Harvey mobiliza claramente o aparato conceitual de Gramsci. Entretanto, a formulação de Virgínia Fontes nos parece mais acertada, uma vez que a “sociedade civil *conecta* o âmbito da dominação (a produção), através de sua organização e de seus intelectuais, ao terreno da direção geral e do comando sobre o conjunto da vida social, *através* do Estado”. Isto é, a sociedade civil não é alternativa ao Estado, mas o

momento da formulação e da reflexão, da consolidação dos projetos sociais e das vontades coletivas. Sua *imbricação* no Estado assegura a função estatal da educação – o “Estado educador” – atue *na mesma direção* dos interesses dirigentes e dominantes, através da mediação dos partidos políticos, tantos os oficiais como os que, extraoficialmente,

difundem e consolidam as visões de mundo, como a imprensa ou a mídia. (FONTES, 2010, p. 138, *grifos meu*)

Corre-se o risco, caso se entenda existir uma cisão entre estas dimensões, de ignorar que a análise da totalidade social inclui certamente a “sociedade política”, o que nos permite compreender efetivamente as hegemonias que estão em disputa. Em acordo com Mészáros (2015, p. 29), entendemos que

a materialidade do Estado está profundamente enraizada na base sociometabólica antagonica sobre a qual todas as formações de Estado do capital são erguidas. Ela é inseparável da materialidade substantiva tanto do capital quanto do trabalho. Só uma visão combinada de sua *inter-relação tríplice* torna inteligíveis as funções legitimadoras do Estado do sistema do capital.

Neoliberalização chilena: considerações sobre os fundamentos do capitalismo popular

Assim como Gramsci compreendia a formação dos Estados nacionais da Europa se desenvolve como reação-superação nacional da Revolução Francesa, o que dá destaque para o elemento externo na eclosão destas revoluções passivas, entendemos que a formação dos Estados modernos latino-americanos³⁰ está envolta neste *novo nexo geopolítico* em que as mudanças identificadas forçarão uma nova composição de alianças de classe nos países da América Latina em que pese a adequação estrutural a esta nova dinâmica de reprodução ampliada do capital, acoplada ao capitalismo monopolista, e a acomodação de novas frações da classe dirigente.

Já em meados de 1860 com a expansão dos capitais e recursos humanos (imigrantes) ingleses que, gradativamente, se apoderam das minas de salitre na região de Tarapacá. Este momento histórico, no Chile, é marcado pela ascensão das frações mineras ao conjunto das classes dirigentes. A mineração, alicerçada no auge do cobre no mercado mundial, possuía capacidades expansivas de produção, mas não por desenvolvimento das

³⁰ Adam Morton (2007, p. 55) analisa que a criação, o posterior desenvolvimento destes Estados e sua inclusão gradativa ao sistema mundial econômico acabam por reproduzir a condição do mesmo como mediador da luta de classes e, portanto, imprescindível para o avanço das forças produtivas. O Estado, nesta condição, é também reflexo das incapacidades das classes dirigentes e dominantes em manter a *direção política do capital*, portanto, “as pressões do desenvolvimento desigual são claramente mediadas por meio de diferentes *formas de Estado* como pontos nodais de configurações nacionais específicas de frações de classe e lutas por hegemonia e/ou revolução passiva sob condições de acumulação em escala global”. (MORTON, 2007, p. 58; *grifos do autor*)

forças produtivas, e sim pela exploração absoluta das minas, isto é, por sua expressiva quantidade.

O capital inglês estava, neste período, adentrando a etapa imperialista, correspondente a forma monopolista, em que a concentração e centralização dos capitais (via sociedades anônimas, no caso chileno) monopolizou todo o processo de produção nacional do campo e na mineração, grande centro de arrecadação fiscal. A conformação do capital bancário chileno, neste íterim, é, em grande parte, feita através do volume de capital ocioso emprestado pela Inglaterra e por *acumulação originária* no ramo mineiro.

A condição de país agro-primário-exportador, característica mantida desde a Colônia, continuava sendo uma realidade latente na estrutura econômica do Chile. O nexo colonial nunca deixou de cumprir o papel inquisidor na política econômica e limitante na ação política da classe dirigente. O rearranjo destas frações com a Inglaterra proporcionará uma nova fase de acumulação originária de capital chileno pautado na extrema exploração desta reserva de mercado atrativo, que é o salitre³¹. O fluxo de capitais especulados pelas sociedades anônimas apresenta um crescente incomparável nesta quadra histórica.

A "era do salitre", 1890-1920, é um extraordinário momento de acúmulo de capitais por parte das empresas exploradoras de salitre e de arrecadações por parte do Estado. Não só representava 50% do total de arrecadação fiscal do Estado, mas também foi um elo importante que motorizou diversos outros ramos produtivos e comerciais. Em primeiro lugar, abriu um largo mercado interno aos empresários agropecuários, reativando a produção de trigo, afetada desde meados do século XIX pela perda de significativos mercados. Em segundo, a industrialização foi estimulada pela riqueza natural que derramava em todos os cantos do país: o nitrato.

O processo de endividamento do Estado³² é outro eixo que continua sua escala de ascensão. Ainda que o salitre proporcionasse grandiosas somas de capital para

³¹ Oriundo, sobretudo, da anexação territorial de Antofagasta e Tarapacá depois da Guerra do Pacífico em 1879. O auge do salitre, até meados de 1920, se configurará constituinte de um novo ciclo histórico: é a resistência do velho (latifundiários e demais frações reacionárias) ao avanço do novo (capital industrial) mediante, também, o Estado.

³² Eram feitos novos empréstimos para refinar a dívida e sustentar novos investimentos. Só no governo de Jorge Montt foi duplicada a dívida externa deixada por Balmaceda. Os empréstimos apresentam uma tremenda linearidade: 1885, 1886, 1887, 1889, 1892, 1893, 1894, 1896 e 1898. Em 1900 a dívida *per capita* era de 81,3 pesos em dívida externa e 26,4 em interna. Depois de 1900 o ritmo de expansão da dívida pública continuou acelerado.

investimentos, a condição agro-mineiro-exportadora reverberava na continuidade da dívida externa expansiva e do aumento da espiral inflacionária, causa e consequência da política prioritariamente exportadora.

Enquanto foi possível uma arrecadação estratosférica³³ com a exportação de salitre, manteve-se o Estado em aparente apatia no expediente da disputa política. No entanto, junto ao seu período de declínio emergem novas fissuras internas do bloco dominante, expresso nas crises sucessivas avistadas na década de 1920, especialmente pelos constantes golpes militares. Na década de 1930, aproveitando a crise do salitre, o setor do cobre torna-se, novamente e agora sob influência estadunidense, o eixo mestre da reprodução do capital em solo chileno.

Paralelo ao processo de crise de algumas frações das classes dominantes no Chile, vão surgindo novas camadas da burguesia responsáveis por dar novos contornos às alianças entre as classes dirigentes. A burguesia industrial é a fração mais importante surgida neste momento³⁴ haja vista a força que já exerce no cotidiano da vida econômica. Porém, a necessidade de barrar o avanço do proletariado que se fazia partido, impõe à classe dominante aparar internamente suas arestas em torno do alinhamento com as frações reacionárias na direção política do capital.

Podemos dizer, assim, que este é o momento chave em que se desencadeia o processo de revolução passiva no Chile, em que a transformação das estruturas produtivas e do aparato jurídico-político será expressão da própria condição de classe do elo mais avançado da burguesia, os industriais. Serão realizados acordos tácitos entre as frações, onde o que reinará será a busca por novos consensos que consigam dar conta de redimensionar a coalizão da fração hegemônica com o capital internacional, equalizar a política econômica, a função do Estado e cooptar as lideranças das classes opostas.

Não sendo um processo revolucionário de tipo jacobino, de baixo para cima, os elementos do transformismo (cretinismo parlamentar, inflexão conservadora e desagregação dos subalternos), aparecem como fundamentais na amálgama da hegemonia

³³ A mineração correspondia, em média, a 85% do total de exportações.

³⁴ A eleição do general Carlos Ibáñez, como candidato único da burguesia em 1927, foi uma forma de conter os ímpetus militares no tocante à participação da vida nacional, ademais uma forma de forjar um consenso, mediante um caudilho militar, que desse feitiço à relativa predominância do setor industrial na vida econômica também no âmbito político na configuração do Estado.

burguesa que encontrará nas ideias neoliberais dos Chicago Boys, antes e durante a ditadura de Pinochet, elementos de continuidade, porém em um quadro de crise orgânica.

A disputa entre as diversas frações da classe dominante, em meados de 30, fez ascender um estrato social em condições de ser direção. O Partido Radical (PR), velho de nascimento, conduz a viragem de parte considerável dos intelectuais do bloco conservador para a esfera da “*necessária modernização*”³⁵. A fissura ideológica, expressa no PR, se concretiza na ascensão ao poder no ano de 1938.

O período conhecido como *Radicalismo* (AGGIO, 1999, p. 210), entre 1938-1952, foi decisivo para colocar sob novos patamares sociais a disputa política. Foi, antes, uma diferenciação ideológica do que uma nova proposição hegemônica. O momento em questão é, definitivamente, um acordo pactuado tacitamente entre os representantes da velha oligarquia agrária chilena e os setores “progressistas” da fração industrial. Ainda que seja um pequeno avanço para um quórum restrito da base social, as mudanças concluídas em tal contexto foram de grande valia para uma rápida adequação do aparato infraestrutural às vicissitudes do capital internacional. Obtém, os EUA, larga margem de influência nas políticas nacionais. A escolha pela substituição de importações fora conclusiva, de um lado, para a rápida industrialização da planta produtiva chilena e, por outro, para o aprofundamento da subsunção real ao imperialismo³⁶. Guardadas as devidas proporções, o *Radicalismo* representou a finalização do projeto que Balmaceda concebia de Estado-Nação: industrializado, mas não depurado totalmente do passado latifundiário.

Em 1952, Carlos Ibáñez, retorna ao posto do Executivo, mas há algo novo na configuração da correlação de forças no Chile. Desde a divulgação da encíclica papal *Gaudium et spes*, quarta Constituição do *Concílio Vaticano II*, tem-se uma nova orientação de aproximação do povo para que os comunistas não obtivessem uma ampla zona de influência na “massa” trabalhadora. Posto esta nova condição aos fiéis católicos,

³⁵ Cf. AGGIO, 1999, pp. 61-101.

³⁶ O objeto de discussão deste trecho traz à tona uma grandiosa divergência existente entre setores políticos e intelectuais sobre o *processo de Substituição de Importações*. Trata-se, neste texto, de afirmar que a industrialização via *substituição de importações* não correspondeu à uma saída efetiva para o problema identificado pela CEPAL, qual seja, o desequilíbrio dos termos de troca. Esta inadequação é estrutural, segundo análise da entidade, mas as políticas propostas para os países latino-americanos não corrigiram tal efeito senão que, em verdade, contribuíram em seu aprofundamento mediante, especialmente, a não integração entre setores produtivos. Octávio Rodríguez (1981) mantém uma posição distinta e distante da proferida por Luis Vitale (2011c), mas ainda assim ambos concordam que o processo não teve a eficácia desejada e, principalmente, não corrigiu a inadequação estrutural da relação entre *centro* e *periferia*.

evidencia-se como fissura uma profunda divisão da base social da direita tradicional gremialista.

Em 1958, o candidato conservador Jorge Alessandri, promove um desvio no curso apresentado pelo andamento das políticas de Estado no tocante à modernização. Sabendo que não seria mais possível recuar na política proposta, seu programa referendava uma leitura antecipada para o momento: o discurso empresarial somava-se às vestes de uma linha dura de combate à expansão fiscal do erário público em nome da equalização da inflação. Seu grande mote foi estruturar as bases para um novo patamar de substituições de importações, pautado na dependência da transferência tecnológica e de maquinário altamente sofisticados. A maneira como isso se deu foi pela fusão dos capitais chilenos com o capital internacional sob a tutela e jurisdição do Estado.

O Partido da Democracia Cristã (PDC) é um reflexo das posições da Igreja Católica, referendadas pelo Concílio Vaticano II, durante a década de 1950 e meados da de 1960. Posicionado mais à esquerda que a antiga agremiação política católica, incidirá com uma nova combinação na *correlação de forças* em que pese o desgaste ao bloco conservador. Logo, a consolidação deste "mini-ciclo histórico" encerra-se na eleição do candidato Frei em 1964, sob o programa partidário intitulado “*Revolución en Libertad*”.

Por conseguinte, entre as décadas de 1950, 60 e os três primeiros anos de 1970, observa-se, como não deixaria de ser, um movimento dialético e contraditório do processo político-social chileno: quanto mais o PDC avançava na condição de diferenciar-se da direita tradicional, mais a classe trabalhadora, organizada no PCCh e PS, afirmava-se “partido” (consciência crítica e avançada do movimento) em uma disputa hegemônica. Tanto mais isto ocorria, tanto mais acirrava-se a pressão feita pelos conservadores em busca da retomada do controle.

Ainda em 1956, foi assinado um acordo educacional entre a Pontifícia Universidad Católica de Santiago e a Universidade de Chicago. O codinome político, nos corredores da Casa Branca, foi “Projeto Chile”. O empresariado chileno teve papel importante nesta articulação com vistas a solucionar dois conflitos: o primeiro diz respeito ao embate acadêmico que se travou no campo da teoria econômica entre os representantes da CEPAL e os bastiões do liberalismo clássico; o segundo diz respeito à formação de novos quadros diretivo-organizativos tanto para a sociedade política quanto para os aparelhos hegemônicos da sociedade civil.

O caráter cientificista, pretensamente neutro, condizia com os dizeres proclamados pelos líderes da reorganização gremialista³⁷ no movimento Estudantil. Professores, no Depto de Economia, e alunos, no curso de Direito e Economia, formaram uma interessante coalizão política por necessidade prática do cotidiano da PUC-Santiago e da FEUC. Esta coalizão balizou um novo reagrupamento da “linha dura” reacionária e conservadora que ficou expresso na fusão dos Partidos Liberal e Conservador, no novo Partido Nacional que agora aglomera os intentos neoliberais e gremialistas.

Nos três anos de governo da *Unidad Popular*, vê-se que a polarização da base social se deu na medida em que o "centro", PDC, arrastou sua base social para um dos pólos. A tênue linha que dividia os caminhos democráticos e conservadores, tornou-se cada vez mais distanciada. A queda de braço com a direita gremialista teve, como resultado, uma demonstração devastadora da capacidade de refutação dos valores em prol da reestruturação do *status quo*. Contribuíram para uma ampla mudança dos alicerces morais e intelectuais para que a condição econômico-social permanecesse no estado em que Gramsci chama de econômico-corporativo, isto é, no plano político a pior das formas: estacionária e reacionária.

É baseado nesta leitura que podemos afirmar que todo o conteúdo de reorganização da classe dominante, de recomposição qualitativa e quantitativa dos quadros administrativos do aparato do Estado burguês é consolidado no Golpe de Estado civil-militar de Augusto Pinochet. Houve, após anunciada a Junta Militar, uma intensa disputa entre diferentes nuances para um só projeto de restauração da ordem burguesa. Os pólos estavam mais ou menos divididos entre: a Marinha, do Almirante José Merino, com uma identificação às reformas liberais e, do outro lado, os carabineiros e a Força Aérea, de Gustavo Leigh Guzmán, favoráveis aos projetos nacional-desenvolvimentistas de corte portaliano como o efetivado por Carlos Ibáñez. Percebe-se que ambos os lados da disputa tinham uma convergência: a depreciação do caráter político em favor do técnico-científico.

Ciente da contribuição dos Chicago Boys durante a ditadura de Augusto Pinochet, impossível não os reconhecer como intelectuais orgânicos neoliberais dinamizadores do processo de contrarreforma, com nítidos traços conservadores e reacionários. Cumpriram

³⁷ Ver Verónica Valdívía de Ortiz Zárate (2008), Nacionales y gremialistas: El "parto" de la nueva derecha política chilena, 1964-1973.

papel fundamental na readequação e reagrupamento da classe dominante que se fez vitoriosa.

Não foi nenhum acaso, nos parece, que o Chile tenha sido capaz de se tornar um “laboratório neoliberal”. Toda crise econômica gera frutos de ingovernabilidade, de crise na produção de legitimidade por parte – e para si – do Estado. Assim, em um primeiro momento da ditadura pinochetista, a centralidade discursiva esteve na consumação da concepção de uma ciência, a teoria neoliberal, que entenda a existência do mercado *a priori*, um lugar social em que a interferência humana causa desordem. A ideia de que o mecanismo automático do mercado de regular as interações sociais, logo a vida social, era fonte da necessária quebra do entendimento que se tinha sobre Estado até então.

O ano de 1975 acabou sendo decisivo pois, em meio a acentuação da crise econômica mundial, é neste momento, pouco depois da visita de Milton Friedman ao Chile, que se lança o *Programa de Recuperación Económica*. Junto deste, que funcionou como *front* de enfrentamento à crise, outras medidas³⁸ de longo prazo foram postas em marcha.

Manuel Gárate Chateau (2012, p. 254-255) indica três períodos neste processo de implementação das reformas³⁹: 1) 1973-1981 cuja centralidade este na aplicação rígida e ideológica de um conjunto de transformações estruturais (políticas macroeconômicas) que forjou um desempenho altamente instável. Explicação disto é a crise cambial de 1982; 2) 1982-1984 tem como centro a elaboração de políticas de curto prazo que visem dar mais estabilidade ao processo iniciado, de transformações estruturais, ao mesmo tempo que possibilite respostas satisfatórias ao conjunto da população. Foi o período de maior heterodoxia da doutrina monetarista de Chicago; 3) 1985-1989 marca o retorno às ideias originais, mas agora com um tom mais flexível e pragmático que outrora, onde retoma-se, a partir do “capitalismo popular”, o processo de privatização.

³⁸ Moulian sintetiza: “a) aceleración de la privatización de la economía; b) estructuración de un sector financiero más moderno, con participación tanto de financieras como de bancos; c) apertura externa mediante una baja de aranceles mucho más drástica que la fijada anteriormente; d) apertura a la inversión extranjera, la cual llevó incluso al posterior retiro de Chile del Pacto Andino, que imponía disposiciones restrictivas en esa materia; e) política de diversificación de exportaciones; f) política industrial ‘negativa’, que se limitaba a dejar que funcionara la selección natural, o sea la capacidad de enfrentar la competencia externa, acrecentada por la apertura arancelaria”. (MOULIAN, 2017, p. 195)

³⁹ O autor identifica que as mudanças podem ser divididas em dois grupos principais: reformas econômicas e sociais. As primeiras perpassam estes três períodos dentro de um mesmo processo. Agora, quanto às segundas, elas foram passíveis de realização uma vez que o poder política estava estabelecido e seguro nas mãos de Pinochet. No âmbito social, incluem-se as reformas: trabalhista, previdenciária, da saúde e da educação. (CHATEAU, 2012, p. 255)

O contexto mais geral, em termos econômicos, assim poderia ser sintetizado: 1) taxa média de crescimento do PIB chileno foi, entre 1977-1980, de 8,2%, contrastando com a taxa negativa de 8,4 entre 1974-76; 2) inflação média de 40,1% entre 1977-80 em contraste com os 264% do período anterior. Havia, contudo, dois pontos que eram ruins: 1) taxa de desemprego em 13,1%, considerado alta se comparada historicamente; 2) déficit da balança comercial internacional em 330,4 milhões de dólares. No período anterior havia ocorrido um saldo positivo de 40,8 milhões de dólares.

Nos meses iniciais de 1981 a economia chilena considerava-se em seu auge⁴⁰ apesar do desemprego continuar o triplo do índice histórico. Este período do “*milagro económico*”, entre 1979-81, que o Chile contou com bons índices no PIB, renda e consumo, teve na crise de meados dos anos 1980 uma situação devastadora: significou uma forte contração do mercado de capitais do Chile, o que, por sua vez, potencializou a situação de insolvência das entidades financeiras do país⁴¹. Ademais da conjectura não favorável, pesou no processo como um todo a política das autoridades para o tema: permissão para tomada de empréstimos além do risco prudente. Desse modo, entre 1981 e 1983 foram postas sob intervenção uma série de empresas: 14 instituições financeiras com declaração de insolvência e mais 5 sob supervisão momentânea. Muitas *Administradoras de Fondos de Pensiones* (AFP) foram interferidas por conta de estarem ligadas às instituições financeiras abordadas.

En términos generales, de acuerdo con las cifras de Alan Angell, en 1982 el PIB cayó en 14,1% y la inversión en más de un 30%. La devaluación del peso respecto al dólar había caído en un nivel similar así como las reservas internacionales, las cuales eran de un 40% respecto del año anterior. El desempleo había alcanzado la cifra oficial de un 19% en 1982 e incluso un 26% el año siguiente, sin incluir a todos quienes participaban de los programas asistenciales de empleo de emergencia del gobierno PEM y POJH. El mismo autor insiste que, en 1983 y tras diez años de régimen autoritario, Chile no constituía ningún ejemplo de monetarismo a imitar. El ingreso real per cápita era un 3,5% inferior al de 1970 y el nivel de desigualdad había aumentado. La producción industrial era inferior a la de 1970 y la deuda externa de Chile equivalía al 80% del PIB, a lo cual Angell agrega, irónicamente,

⁴⁰ As ações das empresas subiram, neste período, 1.000%. As propriedades rurais estavam 200% mais caras e o consumo da população aumentou em níveis jamais vistos. Era o “milagre” e não haveria corrente econômica capaz de criticar isto, pensavam os neoliberais. (DÉLANO; TRASLAVIÑA, 1989)

⁴¹ Cristián Larroulet (1994, p. 178) coloca como problemas reais desta crise: 16% de taxa de desemprego sem contar os programas de auxílio (com eles subia para 24% - PEM e POJH); aumento da inflação somando 6% a mais do que o período anterior e resultando em 13,4%; perda massiva de créditos internacionais, o que reverbera no aumento da dívida externa do Chile, que naquele momento (1985) já representava 121,4% do PIB.

que el Estado figuraba como dueño de la mayor parte del sector financiero, pero esta vez como resultado de la deuda bancaria que los privados habían contraído febrilmente durante los años del ‘milagro económico’. (CHATEAU, 2012, p. 293-94)

Este processo de intervenção resultou nos seguintes dados: o Estado colocou sob seu controle 68% dos fundos administrados pelas AFP’s e 60% do mercado financeiro⁴². Isto representou uma evidente contradição com a linha da política econômica posta em ação. No entanto, como argumenta Larroulet (1994, p. 195), as privatizações realizadas a partir de 1985 representariam a reafirmação do modelo de economia desenvolvido até então, estando amparado, como bem explicita Silva (1989, p. 176), no direito da propriedade privada como condição *sine qua non* do processo mais amplo.

É neste contexto que surge a ideia do “capitalismo popular⁴³”, em sua formatação “direta” e “indireta”. Cada qual refere-se, em verdade, a uma lei específica: 18.401 e 18.398, respectivamente⁴⁴. Inúmeras medidas foram tomadas para colaborar com a resolução da crise e restabelecer a confiança no processo mais amplo. Quanto ao capitalismo popular direto: 1) dólar preferencial para os mais endividados e uma reprogramação das dívidas; 2) vendas das carteiras de crédito vencidas ao Banco Central, mecanismo de capitalização dos bancos e AFP’s sob intervenção (Lei 18.401 como fundamento); 3) privatização direta das empresas filiadas a CORFO a partir de 1985, visando eliminar os déficits fiscais do Estado e os déficits de capital das empresas, e, dispersão das propriedades. Quanto ao capitalismo popular indireto: 1) normatização da lei 18.398, que modifica o Decreto-lei 3.500 de 1980, que autoriza as AFP intervirem na compra de ações de Sociedades Anônimas. (SILVA, 1989, p. 214-216)

Aponta Chateau (2012, p. 312) que houveram vários motivos para que se realizasse esta nova onda de privatizações. Eram eles: 1) reconquistar a confiança dos empresários e organismos internacionais visando o referendun a ser realizado em 1988; 2) quebrar a espinha dorsal do “Estado Empresário” para que não houvesse nenhuma

⁴² Cf. SILVA, 1989, p. 182 e 186.

⁴³ “El mecanismo del capitalismo popular consistió en la venta directa y preferencial de acciones, a su valor libro, a pequeños inversionistas nacionales, funcionarios del sector público y miembros de las Fuerzas Armadas”. (CHATEAU, 2012, p. 311)

⁴⁴ Soma-se a lei geral dos bancos de 1986; o decreto-lei 3.500 sobre administradoras dos Fundos de Pensão; decreto com força de lei Nº 1 que privatizou todo o sistema elétrico nacional. O decreto com força de lei Nº1 dos transportes e telecomunicações. A lei 18.372, que autoriza os trabalhadores a comprarem parte das ações via adiantamento de indenização e o decreto-lei Nº 2.758 que autoriza o pagamento de gratificações em ações. (CHILE, 2005. p. 54)

interferência ou qualquer tipo de influência dos grupos políticos sobre a marcha da economia.

En definitiva, se privatizaron por completo dieciocho empresas entre septiembre de 1985 y marzo de 1989, y solo nueve lo fueron parcialmente. La mayor parte de ellas eran superavitarias; prestaban un buen servicio y se autofinanciaban, pues eran administradas dentro de un marco institucional y regulatorio estricto, sobre todo en lo referente a los monopolios naturales, además de exigírseles eficiencia en su gestión. (CHATEAU, 2012, p. 314)

Entende, o mesmo, que a recuperação econômica alcançada a partir de 1986 possibilitou a reafirmação do modelo de desenvolvimento escolhido mesmo a despeito da grave e profunda crise de 1982⁴⁵. Dentro desta lógica mais geral de apologia à globalização e movimentos afins, o caso chileno fora exaltado por vários dos órgãos internacionais. Neste sentido o subemprego, a precarização extrema das condições de trabalho e a mercantilização voraz dos aspectos sociais da vida não mais são estranhadas, mas reconhecidas como resultado natural do processo de melhor captação dos recursos.

Cristián Larroulet (2016), em seu estudo *Efectos de un Programa de Privatizaciones: el caso de Chile*, avalia o quadro conjuntural e argumenta haver um propósito de

contribuir a consolidar una economía de mercado, *en torno a la cual existiera un mayor grado de consenso en la sociedad*. Como lo expresaran las autoridades de la época, se trataba de avanzar hacia la meta de una *nación de propietarios*, logrando con ello una mayor estabilidad social. (LARROULET, 2016, p. 185, *grifo meu*)

Chateau (2012, p. 315) mostra que, em 1987, sete grupos econômicos controlavam 75% de 300 sociedades anônimas, que, por sua vez, eram responsáveis por grande parte do volume de exportações do país. Nas palavras de Hugo Fazio:

El ‘capitalismo popular’ lejos de contribuir, como se sostuvo en los años de dictadura, a la diversificación de la estructura accionaria, *facilitó en definitiva el proceso de concentración*. (...) La experiencia del Banco de Santiago ratifica que el ‘capitalismo popular’, en lo fundamental, fue utilizado como un mecanismo, no para ampliar la propiedad de las empresas ni para el acceso de los trabajadores a ella,

⁴⁵ Diz Chateau (2012, p. 315-316) que “de manera retrospectiva, la intervención estatal y las restricciones iniciadas a los movimientos de capital entregaron una mayor racionalidad y regulación al modelo, convirtiéndolo en una suerte de ejemplo exitoso para la región, a pesar del enorme costo social de la transformación... La herencia material e ideológica del modelo económico autoritario quedaría marcada por este segundo momento éxito y menos por sus inicios ortodoxos de la década de 1970. Sin embargo, es allí donde deben buscarse sus fundamentos y sus más importantes defensores e ideólogos”.

sino como un medio de posibilitar la centralización financiera⁴⁶.
(FAZIO, 1997, p. 142-143, *grifo meu*)

Sendo assim, a despeito das afirmações recorrentes de que o “capitalismo popular” seria uma estrutura inigualável na dispersão das propriedades privadas e aumento da renda *per capita*, o que podemos identificar é que contribuíra no processo de centralização e concentração de capital.

Considerações finais

A unidade histórica fundamental projetada pelas formulações neoliberais, na avaliação que temos feito, encontra repouso sobre uma complexa articulação de interesses econômicos e ações políticas, que pensamos estar, centralmente, assimilado no compósito ideológico e prático do Estado, assim chamado de “mínimo”, e a figura do “empreendedor”, por expressar e organizar, concreta e materialmente, quantidades cada vez maiores de subjetividades.

Grande parte deste novo consenso erige sobre a constatação de que na ditadura de Pinochet existiram, de fato, núcleos racionais básicos, sendo eles: o modelo econômico, este passível de ajustes mínimos; a estrutura social; e o sistema político que representa o ponto de inflexão da transição democrática, qualificando-se como *momentum* da transformação. “*El consenso es un acto fundador del Chile Actual*”. (MOULIAN, 2017, p. 43, *grifo meu*)

Entonces, el consenso [neoliberal] consiste en la homogeneización. (...) La política ya no existe más como lucha de alternativas, como historicidad, existe solo como historia de pequeñas variaciones, ajustes, cambios en aspectos que no comprometan la dinámica global. (MOULIAN, 2017, p. 44) Este consenso ha sido el elemento decisivo. Él asegura la arquitectura del dispositivo transformista. (MOULIAN, 2017, p. 58, *grifo meu*)

A nosso ver, por fim, o capitalismo popular foi uma resposta à crise econômica (e também política) e que procurava, dentre outras questões, solidificar duas necessidades: de um lado, oferecer um mecanismo de “revitalização” do mercado financeiro chileno, setor duramente afetado, através da solvência financeira do Estado; e, de outro, insistir no capitalismo popular, como dispersão de propriedades, como novo

⁴⁶ A *Comisión Investigadora*, em seu relatório final (2005, p. 174) expõe que, segundo cálculos da *Contraloría General de la República*, as perdas do Estado com a privatização de 30 empresas, entre 1978-90, chegaram a 2,2 trilhões de dólares.

constitutivo da subjetividade neoliberal, que cumpriria uma dupla função de (a) formalizar este processo, dando-o maior solidez em torno do consenso neoliberal e (b) interferir diretamente em nome de abrandar as críticas e desmobilizar as *protestas* a partir de sua combinação com dispositivos de terrorismo de Estado.

Destaca-se, sobretudo, a noção de *democracia protegida*. Moulian (2017, p. 52-53) entende que a ideia-limite do conceito é a consagração de um sistema de decisão totalmente despolitizado, onde a produção normativa não possui nenhum mísero vínculo com a política. Segundo sua avaliação, esta concepção está amparada na leitura de Hayek sobre o sistema político. Para nosso autor, a democracia protegida é um sistema que busca ser governado pela razão e pela virtude, no entanto, estes dois são, na teoria de Hayek⁴⁷, pré-constituídos. Hayek argui que a liberdade econômica é fundante e fundamental para a vida social, logo, a liberdade política é condicionada. Consolida, portanto, a ideia o mercado como instrumento de alocação de recursos e a democracia como procedimento parcial de seleção de líderes.

A ditadura, desta forma, mediante sua realização, perpetrou a consolidação de um *modus operandi* específico e ajustado à condição periférica do Chile. Aquilo que Harvey (2008) desenvolve como sendo o processo de neoliberalização, aqui estamos entendendo como sua forma concreta de manifestação no real, quer em seus aspectos econômicos, quer político-ideológicos. Por estar posicionado na periferia do sistema capitalista internacional, sua participação no circuito do capital é subalternizada e sua condição econômica dependente reforçada.

⁴⁷ Cf. CALDWELL; MONTES. Friedrich Hayek y sus dos visitas a Chile. 2015.

Referências Bibliográficas

- AGGIO, Alberto. **Frente Popular, Radicalismo e Revolução Passiva no Chile**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1999.
- BATISTA, Fracieli Martins. **Crise do capital e reordenamento político-econômico: o fim de Bretton Woods e o esgotamento do “milagre” brasileiro**. Marília, 2018. (Dissertação)
- BIANCHI, Alvaro. Revolução Passiva: o pretérito do futuro. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.23, 2006, p. 34-57.
- CADWELL, Bruce; MONTES, Leonidas. Friedrich Hayek y sus dos visitas a Chile. **Estudios Públicos**, Santiago, p. 97-132, 2015.
- CHATEAU, Manuel Gárate. **La Revolución Capitalista de Chile (1973-2003)**. Santiago: Ed. Alberto Hurtado, 2012.
- CHILE. Roberto Fuentes Innocenti. Abogado Secretario de La Comisión (Org.). **Informe de la Comisión Investigadora encargada de analizar presuntas irregularidades en las privatizaciones de empresas del Estado ocurridas con anterioridad al año 1990**. Santiago, 2005. 477 p. Disponível em: <www.archivochile.com>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A Época Neoliberal: Revolução Passiva ou contra-reforma? **Novos Rumos**, Marília, v. 49, n.1, p. 117-126, Jan-Jun, 2012.
- DEL ROIO, Marcos. A mundialização capitalista e o conceito gramsciano de revolução passiva. In: MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima et al (org.). **Marx, Gramsci e Vigtski: aproximações**. Araraquara: Cultura Acadêmica/Junqueira & Marin, 2009.
- _____. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- _____. **O Império Universal e seus Antípodas: a ocidentalização do mundo**. São Paulo: Ícone, 1998.
- DÉLANO, Manuel; TRASLAVIÑA, Hugo. **La Herencia de los Chicago Boys**. Santiago: Las Ediciones del Ornitorrinco, 1989. 209 p.
- EICHENGREEN, B. **A globalização do capital: uma história do Sistema Monetário Internacional**. São Paulo: Ed.34, 2000.
- FAZIO, Hugo. **Mapa Actual de la Extrema Riqueza en Chile**. Santiago: Lom Ediciones, 1997.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.
- FONTES, Virgínia. **Brasil e o Capital-Imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJ/Ed. UFRJ, 2010.
- GALASTRI, Leandro. **Gramsci, marxismo e revisionismo**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015. - (Coleção educação Contemporânea)

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, vol. 1.** Edição e Tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 6ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **Cadernos do cárcere, vol. 2.** Edição e Tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 7ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **Cadernos do cárcere, vol. 3.** Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 4ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

_____. **Cadernos do cárcere, vol. 4.** Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 3ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

_____. **Cadernos do cárcere, vol. 5.** Edição e tradução, Luiz Sérgio Henriques; co-edição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011c.

GRUPPI, Luciano. **Conceito de Hegemonia em Gramsci.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Luiz Werneck Vianna. - 4ª ed. - Rio de Janeiro, Edições Graal, 2000.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 18ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. **O Neoliberalismo: história e implicações.** Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli.

LARROULET, Cristián. Efectos de un Programa de privatizaciones: el caso de Chile (1985-1989). **Estudios Públicos**, Santiago, v. 54, p.175-222, out. 1994. Disponível em: <<http://www.hacer.org/pdf/Larroulet01.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular.** - 1ª ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos escalar.** São Paulo: Boitempo, 2015.

MORTON, Adam David. A geopolítica do sistema de Estados e o capitalismo global em questão. In **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 29, p. 45-62, Nov. 2007.

MOULIAN, Tomás. **Chile Actual: Anatomía de un mito.** Santiago: LOM Ediciones, 2017.

RODRÍGUEZ, Octavio. **A Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL.** Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1981

SAFATLE, Vladimir. **Psicologias do Fascismo.** 2019. (curso oferecido na USP)

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis.** Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

SILVA, Mario Valenzuela. Reprivatización y Capitalismo Popular en Chile. **Estudios Públicos**, Santiago, n. 33, p.175-217, out. 1989. Disponível em:

<<http://www.cepchile.cl/reprivatizacion-y-capitalismo-popular-en-chile/cep/2016-03-03/184338.html>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

VITALE, Luis. **Interpretación marxista de la Historia de Chile**. Vol. 3: tomos V e VI - 1ª ed. - Santiago: LOM Ediciones, 2011.

ZÁRATE, Verónica V. O. **Nacionales y gremialistas: El "parto" de la nueva derecha política chilena 1964-1973**. - 1ª ed. - Santiago: LOM Ediciones, 2008.